A ENCÍCLICA E OS CONTRASTES ENTRE REGIÕES DESENVOLVIDAS E SUBDESENVOLVIDAS

PE. FERNANDO BASTOS DE ÁVILA S. J.

É no tratamento do tema dos desníveis entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas que a Encíclica Mater et Magistra atinge seu ponto alto, enfrentando a questão social nas dimensões planetárias que ela assume em nossos dias. Examina, em primeiro lugar, os contrastes entre regiões do mesmo país, num trecho que parece escrito para responder à atual problemática brasileira de desequilíbrios entre norte e sul. No exame dos contrastes entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas no mundo, o documento distingue os aspectos demográfico e econômico do problema. Para o primeiro, aponta a solução na linha do que chamaríamos de um providencialismo esclarecido, no qual as certezas da fé encontram plena confirmação nos dados da ciência. Para o segundo aspecto, a solução é encontrada na cooperação internacional, sob condições que o texto pontifício sublinha com corajosa independência.

PARECE-NOS fora de dúvida que a grande novidade da Encíclica é a esplêndida dilatação de perspectiva, sob a qual o Papa analisa a questão social de nossos dias.

No tempo de LEÃO XIII, a questão social se formulava em termos de luta de classes em torno da propriedade privada. JOÃO XXIII percebe que o problema não foi resolvido, principalmente no setor rural, mas percebe, também, que a deflagração dos processos econômico-sociais deu à

questão social uma dimensão planetária. Hoje ela se formula em termos de oposição, entre povos desenvolvidos e povos subdesenvolvidos, em tórno das disponibilidades do planêta.

O Soberano Pontífice denuncia a existência de contrastes regionais, primeiramente entre áreas da mesma nação:

“Não é raro que, entre cidadãos do mesmo País, haja desigualdades econômicas e sociais pronunciadas. Isso deve-se principalmente a viverem e trabalharem uns em zonas economicamente desenvolvidas e outros em zonas atrasadas.” (160).

O assunto interessa muito de perto a nós brasileiros, que sentimos com tanta agudeza os contrastes entre as regiões do norte e nordeste confrontadas com as regiões do sul do país. O trecho parece ter sido redigido por alguém que tinha presente as condições do Brasil.

Como concebe a Encíclica a superação dêstes contrastes? É uma questão de justiça e equidade que a discrepância seja completamente destruída. É um dever dos poderes públicos. Julgamos que esta passagem da Encíclica domina numa visão envolvente o problema do planejamento econômico nacional e regional. Não é só um direito, mas um dever de justiça e equidade. Assim como os poderes públicos têm o dever de intervir em favor de classes desprotegidas, têm o mesmo dever em favor de áreas desfavorecidas. Mas qual a intervenção preconizada pela Encíclica? A criação de serviços públicos essenciais; a elaboração de um programa ordenado, cujos principais itens são enumerados; tudo sobre a base do princípio da subsidiariedade do Estado. Este não pode substituir àqueles a que pretende favorecer. O Papa tange aqui um princípio básico de serviço social. Seria uma forma detestável de paternalismo estatal. Ao Estado compete, principalmente, criar as condições dentro das quais os indivíduos sejam os principais autores de sua própria promoção. O Estado não pode absorver a iniciativa privada mas auxiliá-la e fomentá-la.

“Para isso, deve procurar-se que, nas zonas menos desenvolvidas, sejam garantidos os serviços públicos essenciais segundo as formas e os graus sugeridos ou reclamados pelo

meio e correspondentes, em princípio, ao padrão de vida médio, vigente no país. Mas não se requer menos uma política econômica e social adequada, principalmente quanto à oferta do trabalho, às migrações da população, aos salários, aos impostos, ao crédito, aos investimentos, atendendo de modo particular às indústrias de caráter progressivo: política capaz de promover a absorção e o emprêgo remunerador da mão de obra, de estimular o espírito empreendedor e de aproveitar os recursos locais (160).

“Contudo, a ação dos poderes públicos há de encontrar sempre justificação em motivos do bem comum. Deve portanto exercer-se num plano de conjunto para tódia a Nação, com o intento constante de contribuir para o progresso gradual, simultâneo e proporcionado, dos três setores produtivos: agricultura, indústria e serviços; e procurar que os cidadãos das zonas menos desenvolvidas se sintam e sejam deveras, na medida do possível, os responsáveis e os realizadores da sua elevação econômica (161).

“Recordemos, finalmente, que também a iniciativa particular deve contribuir para estabelecer o equilíbrio econômico e social entre as diferentes zonas duma Nação. Mais ainda, os poderes públicos, em virtude do princípio de subsidiariedade, devem favorecer e ajudar a iniciativa privada, confiando-lhe, onde e logo que seja possível de maneira eficiente, a continuação do desenvolvimento econômico.” (162)

“Em não poucas Nações, se verificam flagrantes desigualdades entre território e população. Efetivamente, numas, há escassez de homens e abundância de terras aproveitáveis; ao passo que noutras abundam os homens e escasseia a terra.” (163).

O primeiro problema que esta situação cria, aos olhos do Papa, é o problema demográfico: em alguns países, enormes potencialidades inaproveitáveis, devido ao baixo nível de desenvolvimento de seus habitantes; em outros, excesso de produção chegando até a criar problemas econômicos. O Sumo Pontífice vê, com todo realismo, tódias as dimensões do problema. Em primeiro lugar, no seu aspecto universal; depois nos aspectos que afetam mais diretamente aos povos subdesenvolvidos.

No seu aspecto universal, o pontífice chega a ponto de aceitar a formulação do problema demográfico em termos que lembram a formulação malthusiana:

“No plano mundial, observam alguns que, segundo cálculos estatísticos considerados sérios, a família humana, dentro de poucos decênios, chegará a números muito elevados, ao passo que o desenvolvimento econômico prosseguirá com ritmo menos acelerado.” (197).

Quanto aos povos subdesenvolvidos, o problema demográfico se apresenta sob forma ainda mais trágica, porque envolvido numa espiral de depressão, que parece obedecer a um processo de causação circular cumulativa, com sinal negativo.

“Nas comunidades políticas em fase de desenvolvimento econômico, observa-se, com base nas estatísticas, que a rápida difusão de medidas higiênicas e de cuidados sanitários reduz muito a mortalidade, sobretudo infantil; ao mesmo tempo que a percentagem da natalidade, que nessas comunidades costuma ser elevada, tende a permanecer constante, ou quase constante, pelo menos durante um período considerável de anos. Cresce pois notavelmente o excesso dos nascimentos sobre os óbitos, não aumentando na mesma proporção a eficiência produtiva dos respectivos sistemas econômicos. Torna-se impossível — concluem ainda — que nas comunidades em fase de desenvolvimento econômico melhore o nível de vida; mais: é inevitável que há de piorar.” (198).

O Papa não disfarça a gravidade do problema. Nas regiões pobres, os cidadãos, cada vez mais numerosos, se vêm incapazes de ter em casa o necessário a seu sustento. Um problema, que só poderia ser enfrentado por uma cooperação internacional, explode precisamente quando os povos não se encontram tão unidos entre si, como é de desejar.

“Uma das contradições que mais perturbam e atormentam a nossa época — notamo-lo com tristeza — é a seguinte: Enquanto, por um lado, vão aumentando as situações de mal-estar, e ameaça o espectro da miséria e da fome; por outro, utilizam-se, muitas vezes em grande escala, as descobertas da ciência, as realizações da técnica e os recursos

econômicos, para criar terríveis instrumentos de ruína e de morte." (209).

Sem atenuar em nada a gravidade da situação, o Santo Padre repudia enèrgicamente a posição daqueles que buscam as soluções numa perversão das leis da natureza: em meios contrários à dignidade do homem, os quais não se envergonham de sugerir aquêles que pensam ser o homem e sua vida confinados aos horizontes da matéria.

Sem se deixar enfeudar por certa corrente moderna neo-maltusiana, o Santo Padre não se orienta tão pouco na linha de um simplismo irresponsável. Para êle, o problema tem solução, mesmo sem o recurso a técnicas e processos contrários à natureza. Note-se que a posição é corajosa, inspirada em um radical otimismo cristão.

Sua solução se desdobra numa série de aspectos, que passamos a analisar.

Do ponto-de-vista das possibilidades totais do planêta, a situação não se apresenta de tal modo angustiosa como se afiguram os profetas do pessimismo.

A verdade é que, situado o problema no plano mundial, não parece que a relação entre o incremento demográfico, por um lado, e o desenvolvimento econômico e a disponibilidade dos meios de subsistência, por outro, venham a criar dificuldades ao menos por agora ou num futuro próximo. De todos os modos, são demasiados incertos e oscilantes os elementos de que dispomos para podermos chegar a conclusões seguras.

Aliás, são concordes com a observação do Pontífice os dados da demografia pela qual saberemos que a densidade média do homem no planêta não atinge ainda 20 indivíduos por km².

O Santo Padre lembra que a Providência de Deus conserva para o homem recursos que afastam o ponto de saturação para limites que excedem a imaginação. Aqui a profunda fé religiosa, sob cuja luz o documento pontifício coloca todo o problema, se demonstra a par dos desenvolvimentos das pesquisas científicas. As descobertas recentes da química são comparáveis ao que representou para a humanidade a passagem do sistema da simples colheita para o da

produção agrícola. Basta atentar para os seguintes pontos, para se constatar tôda a lucidez do tradicional otimismo do Santo Padre: as possibilidades de cultivo sem solo, em meio líquido, as produções de substâncias sintéticas, libertando, para a produção de bens de subsistência, inclusive áreas ainda em parte ocupadas por culturas destinadas à extração de fibras, corantes, etc.; as possibilidades de produção de alimentos sintéticos, para complementação alimentar, utilizando matérias primas com reservas ilimitadas, sem aludir, enfim, a perspectivas abertas pela utilização de novos fertilizantes que chegam a decuplicar a produtividade por área. Tudo isto, raciocinando aliás ainda dentro dos limites do planêta. Hoje, porém, já não é nem utópico, nem prematuro pensar no que representará para o homem a conquista do cosmos.

Para o Santo Padre, o problema é pois solúvel, mas a sua solução depende essencialmente de duas condições fundamentais: o respeito às leis da vida e a cooperação internacional. Percebe-se que estas condições se situam já em plano moral e religioso, que é o plano no qual se projeta o pensamento pontifício.

Quanto à primeira condição, o Sumo Pontífice insiste mais uma vez na lei natural, pela qual a vida só pode ser transmitida no seio da família. A tarefa de prolongar a obra criadora, de transformar a substância do cosmos em filhos de Deus, é uma missão sagrada e, para os cristãos, investida de uma dignidade sacramental. No respeito a esta lei, o homem aprende o domínio das fôrças da natureza e de seus próprios instintos. Em última análise, não haverá solução possível, sem a aceitação de uma disciplina moral, de uma afirmação do espírito sôbre as fôrças brutas. Não é ingênua esta posição da Encíclica. Hoje se generaliza cada vez mais entre especialistas, médicos e psicólogos, a convicção dos irreparáveis traumatismos de certas práticas anticoncepcionais, nas quais o simplismo neo-maltusiano era a solução fácil e única do problema.

É clara na Encíclica a condenação de certos processos inseminativos, cuja descoberta e aplicação vem abrindo para a humanidade abismos vertiginosos.

No que tange à cooperação internacional, o Papa a entende no sentido de leal comunicação entre os povos de seus recursos em conhecimentos, técnicas e capitais, como de seus efetivos demográficos, através das migrações. Se os povos, em vez de se deixarem dominar pela desconfiança mútua, entregando-se loucamente à corrida armamentista, se decidissem a enfrentar o problema demográfico, e canalizar para sua solução uma percentagem mínima do que gastam em objetivos militares, em poucos anos chegaríamos a uma era de paz e união, como jamais desfrutou a humanidade.

Na penetrante análise da Encíclica, o obstáculo último é pois a desconfiança mútua. E qual a origem desta? É a diferença existente hoje nas concepções de vida. Esta diferença de concepções dá ao próprio conteúdo das palavras um sentido completamente diverso. Os homens não se entendem; não falam a mesma língua.

“A falta de confiança mútua explica-se com o fato de os homens, sobretudo os mais responsáveis, se inspirarem, no desenvolvimento da sua atividade, em concepções da vida diferentes ou radicalmente contrárias entre si. Algumas, infelizmente, não reconhecem a existência da ordem moral: ordem transcendente, universal e absoluta, de igual valor para todos. Dêste modo, impossibilitam-se o contacto e o entendimento pleno e confiado, à luz duma mesma lei de justiça, por todos admitida e observada. Verdade é que os termos “justiça” e “exigências da justiça” continuam a andar na bôca de todos. Mas têm significações diversas ou opostas para uns e para outros (216).

“E é por isso que os apelos, repetidos e apaixonados, à justiça e às exigências da justiça, longe de oferecerem possibilidades de contacto ou de entendimento, aumentam a confusão, agravam as diferenças, e tornam mais acesas as contendas. Daí, espalhar-se a persuasão de que não há outro meio para fazer valer os próprios direitos e conseguir os próprios interesses, que não seja o recurso à violência, fonte de males gravíssimos (217).

“A confiança recíproca entre os homens e os Estados só pode nascer e consolidar-se através do reconhecimento e do respeito pela ordem moral (218).

A ordem moral não pode existir sem Deus.” (219).

É a perspectiva religiosa que indefectivelmente volta aos olhos do Santo Padre. As tremendas alternativas que se apresentam hoje à humanidade dependem mais uma vez desta opção fundamental: com Deus ou contra Deus.

O contraste entre as diversas regiões do mundo se formula, em segundo lugar, para o Papa, em termos econômicos. Nesta linha de idéias, o Pontífice desenvolve seu pensamento relativo à cooperação internacional.

Pela primeira vez uma Encíclica fala no *dever* de auxiliar. Trata-se, a nosso ver, de um dever de justiça social internacional, que obriga a todos os povos às prestações necessárias ao bem comum universal, como a justiça social obriga às prestações indispensáveis ao bem comum da comunidade nacional. Deduzimos esta conclusão do fato do Papa se referir explicitamente ao bem comum internacional, situando-se na linha da grande tradição do Direito Internacional lançada por Vitória e Suarez. Deduz-se a mesma conclusão do texto da Encíclica: sôbre nós todos juntos recai a responsabilidade de que povos sofram terrivelmente pela penúria de recursos.

Como corrigir êstes desequilíbrios e auxiliar aos povos que perecem de miséria e de fome?

O Pontífice adverte, em primeiro lugar, aos próprios países subdesenvolvidos, sôbre a necessidade de aproveitarem as experiências dos países hoje em mais alto nível de desenvolvimento. A idéia do Papa é alertar aquêles povos para que não incidam nos mesmos erros. A preocupação pelo progresso econômico e industrial não deve desviar-lhes a atenção dos problemas sociais concomitantes, para que não se venha a criar entre êles a mesma questão social, com a mesma sequela horrível de males, que afligiu os povos desenvolvidos, durante a grande revolução industrial.

Entretanto as advertências mais enérgicas são endereçadas às nações desenvolvidas, quanto ao modo pelo qual devem ministrar ajuda aos povos menos favorecidos.

A cooperação internacional deve respeitar a individualidade própria de cada povo subdesenvolvido. Não de raro o desrespeito a essa individualidade acarretou a destruição

irreparável de imensos valores espirituais e culturais dos povos não atingidos ainda pela civilização tecnológica. Esta, penetrando em novas áreas, aniquilou tradições antigas e introduziu novos padrões sociais, novas aspirações, que não foi capaz de satisfazer plenamente. Daí o risco de um irreprimível sentimento de frustração dos novos países, de ressentimento e rancor por terem perdido o que tinham e sentem-se incapazes de realizar o que desejam.

“A tentação maior, para as comunidades políticas economicamente avançadas, é a de se aproveitarem da cooperação técnica e financeira que prestam, para influírem na situação política das comunidades em fase de desenvolvimento econômico, a fim de levarem a cabo planos de predomínio (182).

“Onde quer que isto se verifique, deve-se declarar explicitamente que estamos diante de nova forma de colonialismo, a qual, por mais hábilmente que se disfarce, não deixará de ser menos dominadora que a antiga, que muitos povos deixaram recentemente. E essa nova forma prejudicaria as relações internacionais, constituindo ameaça e perigo para a paz mundial” (183). Para o Santo Padre é uma questão de absoluta justiça auxiliar sem nenhum interesse político. Esta é certamente a passagem mais corajosa da Encíclica, e oxalá dela tenham conhecimento os que acusam a Igreja de pactuar com grandes potências.

Aliás, hoje, como o faz notar o Sumo Pontífice, a solidariedade entre os povos faz que cada vez dependam mais uns dos outros. Ela faz que se torne cada vez mais verdade o paradoxo de que é do interesse dos povos desenvolvidos ajudar sem interesses subalternos.

A Encíclica se abre enfim para uma perspectiva de esperança. O Papa conserva a inabalável confiança de que a aplicação leal dos ensinamentos da Igreja pode garantir à humanidade a superação dos contrastes que a angustiam. Os homens têm em mãos a receita. E não é difícil aplicá-la.

A civilização contemporânea pode ser impregnada pelo espírito cristão. Não é ela uma obra do mal. A mensagem de Cristo tem fôrças para penetrar a cultura tecnológica, para encarnar-se em um mundo dinâmico, que se abre para

as esplêndidas perspectivas da realização histórica da comunidade humana. Não é por acaso que a Encíclica termina com a evocação do mistério do corpo místico de Cristo, o mais profundo e sólido fundamento da excelsa dignidade de cada um, como da íntima união de todos os homens.